

Falta transparência

O ORÇAMENTO é um instrumento de administração financeira imprescindível para empresas, governos e pessoas. No Brasil, a situação de inflação crônica, na qual é quase impossível prever receitas e despesas, complicou a elaboração e reduziu a confiabilidade dos orçamentos.

ASSIM, a opinião pública deixou de dar a devida atenção aos orçamentos da União, dos estados, dos municípios, das estatais. E as casas do Legislativo, ao qual o Executivo submete suas propostas orçamentárias, também perderam o respeito por eles.

ESSE quadro tende a mudar, e para tanto contribuem decisivamente dois dispositivos da Constituição de 1988. Um deles proíbe o Banco Central de emitir moeda para cobertura de rombos orçamentários decorrentes de despesas de custeio e rotina. Outro determina que somente sejam feitos gastos previamente orçados (há uma reserva de contingência, não muito grande, para fazer frente a despesas de emergência).

É COM base nessas limitações que o Governo con-

sidera impraticável o pagamento do reajuste de 147% a aposentados. Quando se vai buscar no orçamento da União razões, amparadas na Constituição, para a contestação de decisões judiciais, a sociedade é forçada a reconhecer a sua importância.

A PREVISÃO orçamentária encaminhada ao Congresso é detalhada: obra por obra, despesa por despesa. Mas os gastos podem ser remanejados pelos parlamentares, através de emendas. E essas são sempre tão numerosas que as subcomissões e a própria Comissão de Orçamento nunca têm tempo hábil para avaliar a proposta governamental em profundidade.

AS linhas gerais do orçamento, com as modificações introduzidas pelos relatores das subcomissões, é que realmente são votadas pelo plenário ou aprovadas por acordo de lideranças no Congresso. Na maioria das vezes — como aconteceu agora no orçamento para 1992 — o Congresso acaba dando um voto de confiança para o relator final, que, com a colaboração de técnicos do Executivo, acolhe ou não as milhares

de emendas apresentadas — foram apresentadas 73 mil para este exercício, das quais 1.200 transformadas em desfaques.

Nessa fase, os lobbies funcionam intensamente e não são poucos os casos de projetos já orçados, com profundo amparo técnico, serem substituídos sem motivo aparente.

O ORÇAMENTO Geral da União de 1992 só deverá estar concluído no fim deste mês, já com todas as modificações possíveis. Pelas informações dos que têm acompanhado de perto os trabalhos de acabamento, ele não incorporará tantas distorções quanto as de 1991.

TUDO isso mostra que não basta que a sociedade perceba a importância de conhecer as propostas orçamentárias (da União, dos estados e dos municípios) e o que acontece com elas até a aprovação final. É preciso que ela possa conhecê-las de fato — e que o processo de tramitação deixe de ser algo que apenas meia dúzia de parlamentares entendem e, portanto, controlam.